

SALÁRIO X BÔNUS

Entenda porque o PDR é PREJUDICIAL aos servidores

A Prefeitura anunciou no mês de agosto os resultados do PDR (*Programa de Participação Direta nos Resultados*). Para os servidores da Ouvidoria e das secretarias que participaram dessa primeira etapa (Assistência Social, Defesa da Cidadania, Educação, Finanças, Gestão e Saúde), irá pingar um troco em forma de bonificação. Agora, o Programa se estende para todas as secretarias, mais COHAB e CET.

A política de "valorização" dos trabalhadores através de bônus é amplamente difundida no meio empresarial. Os patrões sabem que quanto mais convertem salários em bonificações, mais lucro enche seus bolsos, mais subserviência dos empregados e mais desunião da categoria. Uma fórmula moderna para explorar ainda mais o trabalhador.

Essa ideologia empresarial é um mantra para o governo Paulo Alexandre Barbosa. O fetiche pelo privado, em detrimento do público, é tanto que seu governo fez uma parceria "gratuita" com a *Comunitas*, OSCIP fundada em 2000 pela ex-primeira dama Ruth Cardoso. Segundo o jornal *A Tribuna*, os empresários só querem "*transferir conhecimentos da gestão privada ao setor público*", que bonitinho.

Paulo Alexandre tem uma meta bem definida: Substituir, aos poucos, salários por gratificações. E



Diário Oficial, 14 de agosto de 2015

quando atingir essa meta, além de dobrar a meta, atingirá outro objetivo: Uma categoria de mãos atadas e dividida.

Entra de um lado, sai de outro

Não podemos nos enganar, todo o dinheiro destinado às gratificações saem do mesmo cofre que paga os nossos salários. Quanto mais Bônus, menos reajuste salarial vamos conseguir ano após ano. E estaremos cada vez mais a mercê das metas que exigem mais produtividade, o que significa menos saúde, mais pressão e assédio moral.

Com essa cultura nefasta, em pouco tempo teremos os próprios colegas controlando quanto de água você está gastando pra lavar as mãos, o tempo que você demora para fazer um atendimento, o número de papéis que você gastou para imprimir um documento etc. A pressão não virá somente das chefias, o que

inevitavelmente derruba o espírito de companheirismo entre os trabalhadores que vivem os mesmos problemas da função e/ou da unidade, dia a dia.

Os professores que também trabalham para o governo do Estado (também do PSDB) sabem muito bem o que é ter uma política de péssimos salários complementados com bônus de todas as ordens, inclusive PDR. Se você conhece algum, pergunte como é a pressão para que os professores passem de ano quase todos os alunos, mesmos os que não entenderam nada das matérias lecionadas. O assédio moral vem até mesmo de colegas de trabalho, que ficam cegos querendo atingir as metas.

Melhor ainda, pergunte para um funcionário do Estado aposentado como está sua vida com uma merreca de salário, já que todos os bônus (inclusive o

PDR) não são incorporados para aposentadoria.

A verdade é que onde essa filosofia empresarial se instala, "valorizando" o servidor com bônus ao invés de salário, o que deveria ser um benefício torna-se uma prisão e, em muitos casos, vira moeda de troca por apoio político quando o ano é eleitoral.

Nenhuma contrapartida

Porque metas apenas para os trabalhadores? Porque o governo não assume compromissos que, esses sim, deixariam todos os trabalhadores mais motivados e, conseqüentemente, melhorariam os serviços à população? Sugeriríamos alguns:

-Sanar a carência de funcionários em todos os setores necessários;

-Recuperar o poder de compra dos servidores perdidos por anos sem reajuste;

-Diminuir o número de alunos por sala;

-Cesta Básica de acordo com a média de uma Cesta Básica em Santos, e não dois terços dela;

-Instalar ar-condicionado nas salas de aulas, leitos hospitalares e outros locais imprescindíveis. Não têm dinheiro? Retire os aparelhos dos gabinetes;

-Auxílio alimentação digno em uma cidade onde a refeição é a mais cara em todo o Estado de São Paulo;

Não tem mágica

Quer os trabalhadores mais motivados e um serviço público de melhor qualidade? Que tal escutar os próprios trabalhadores que não se cansam de denunciar falta de profissionais em diversos cargos e falta de condições estruturais mínimas para realizar um bom atendimento ao munícipe?!?



1º Congresso dos Trabalhadores da Educação de Santos

Com o pé direito começou o Congresso dos Trabalhadores da Educação de Santos. Auditório cheio nos dois primeiros encontros e excelentes palestras que prenderam a atenção de todos.

Emília Cipriano deu um verdadeiro show!



“Professor fala que ama a profissão, mas também é preciso lutar por essa profissão, essas coisas tem que estar juntas. E a luta, quero deixar bem claro, é uma luta que não é individualizada, é coletiva. Não adianta

você ser um excelente profissional se sua categoria profissional não é reconhecida”, explicou Emília se referindo a frase “A coragem de lutar ao lado da coragem de amar” de Paulo Freire.

Atual Secretária Ad-

junta da Educação da cidade de São Paulo, Emília defendeu que a Educação Integral seja feita por professores: “Porque, senão, não é Educação! Desconfigura o sentido que é a construção do conhecimento”.

Luckesi desvendou pra quem serve a escola atual



Cipriano Carlos Luckesi foi fundo no tema “Pra quem escola? A quem ela serve?”. Para responder tais perguntas, o palestrante foi até a criação das primeiras escolas até chegar aos dias de hoje, na sociedade capitalista, profundamente dividida por classes sociais: De um lado uma pequena elite, menos de 10%, donos dos

meios de produção e que usufruem de quase toda a riqueza gerada pelo outro lado, o dos trabalhadores, justamente os que produzem todas as riquezas.

Porém, para Luckesi, saber disso não significa necessariamente que toda a educação esteja voltada para justificar e reproduzir essa lógica capitalista. Luckesi apon-

ta que é preciso fazer a melhor educação possível para despertar a consciência dos estudantes dos seus papéis enquanto sujeitos protagonistas da história. Que possam ter condições de bem estar e conhecimento para se organizarem através de sindicatos, partidos e agremiações e reivindicar seus direitos.

O Congresso continua

Estamos na metade do Ciclo de Palestras preparatórias do

1º Congresso dos Trabalhadores da Educação de Santos. Ainda

temos dois excelentes encontros abertos ao público:

30/09 (quarta-feira), às 19h, no Sindicato dos Petroleiros (Av. Conselheiro Nébias, 248, Vila Mathias)
"A sociedade participa da educação? A escola pública na atualidade funciona?"

VITOR HENRIQUE PARO



RAFAEL FURTADO

07/10 (quarta-feira), às 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)

"O educador tem condições para educar? Como estão os direitos dos educadores?"



MAURO LUIS IASI

Após as palestras preparatórias serão realizados Encontros Setoriais com profissionais da educação do município de Santos, que discutirão suas questões e apontarão propostas para a Plenária Final. Todos os encontros serão às 19h no Colégio Afonso Pena (R. Liberdade, 830, Aparecida - esquina com Av. Afonso Pena, me frente ao PS Macuco), confira os dias:

-14/10: Equipe Técnica;

-15/10: Funcionários;

-21/10: Professores.

A Plenária Final ocorrerá no dia 04/11, às 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias) e será um espaço onde os profissionais que se credenciaram e participaram dos Encontros Setoriais dos educadores formularão as resoluções desse 1º Congresso.

Fique atento e acompanhe mais informações do CONGRESSO aqui: facebook.com/congressodaeducacaosantos

Mobilização garante flexibilização dos horários no Banco do Brasil

Um mês sem ar-condicionado não seria problema em um inverno normal. Acontece que este ano tivemos calor em quase todo o Inverno. E para agravar ainda mais, o prédio que está sem ar-condicionado é o do Banco do Brasil, onde tudo é fechado. Após anos sem manutenção, apresentando problemas inúmeras vezes, o Banco do Brasil (locatário do imóvel) está finalmente reformando no sistema geral de ar-condicionado.

Muitas ligações denunciaram o **calor insuportável** no local, o SINDSERV organizou os trabalhadores em assembleia que deliberou por agendar

reunião emergencial com o governo com um representante de cada andar da unidade. A reunião foi feita e os funcionários lotados no edifício obtiveram conquistas importantes para diminuir os transtornos: Cada Secretaria ficou responsável por **readequar os horários** dos servidores, diminuindo o tempo de exposição ao ambiente fechado e quente. Ficou a cargo da Gestão a verificação, junto ao Banco do Brasil, das **condições das janelas**, já que houveram relatos sobre a insegurança ao abri-las. Foi apontado pelo governo a tentativa de algumas medidas paliativas enquanto o ar não

volta, como a **instalação de ventiladores**.

O sindicato ainda voltou diversas vezes na semana seguinte para conferir se o governo iria cumprir com a palavra empenhada em reunião e constatou que a mobilização dos trabalhadores realmente logrou êxito prático.

Evidente que nada mudaria sem a mobilização e organização dos trabalhadores dispostos a lutar por melhores condições de trabalho! PARABÉNS aos servidores do prédio do Banco do Brasil que, mais uma vez, mostraram o caminho para as conquistas:

ORGANIZAÇÃO e LUTA!

CONDIÇÕES DE TRABALHO: **LUTAR PARA MELHORAR**



Trabalhadores do PS Central fazem mais um ato contra a terceirização!

Mais uma vez os servidores manifestaram publicamente que são contra a entrega dos serviços públicos para as Organizações Sociais (OSs). De duas uma: Ou Paulo Alexandre Barbosa abandona seu projeto privatista ou abandona de vez a falácia de que mantém "diálogo aberto com os trabalhadores".

O ato em frente ao PS Central teve como objetivo dialogar com

os usuários da unidade e com os munícipes que circulavam no trânsito em frente à unidade, demonstrando a todos os males que significa ter uma empresa privada gerindo um hospital público.

A população abordada apoiou o movimento fazendo questão de registrar que conhece como é o atendimento nas cidades vizinhas onde as OSs já atuam.



Desmascarando as O

Juntamos aqui todos os argumentos dos defensores da implantação de Organizações Sociais (OSs) no serviço público. Derrubamos um por um com base na realidade concreta e não na ficção que tenta justificar o injustificável. Confira

OSs são mais econômicas, será?

Segundo o Tribunal de Contas do Estado de SP: **NÃO!**

Apesar do valor/hora dos trabalhadores ser menor, hospitais geridos por OSs CUSTAM MAIS do que os geridos pela

Administração Direta.

Essa é a conclusão que chegou o TCE-SP em estudo* que fez comparando hospitais com gerenciamento da administração direta e hospitais com Organizações Sociais. O

estudo foi feito em 2010 e apontou que:

-Hospitais com OSs custam 60 milhões de reais a mais, com uma variação de 38,52% de menor eficácia;

-O custo do leito nas OSs é 17,60% maior.

Com as Oss, os controles públicos permanecem, será?

EXECUTIVO E LEGISLATIVO EXPLICAM
COMO VÃO FISCALIZAR AS OSS



Segundo o Tribunal de Contas do Estado de SP: **NÃO!**
No relatório*, o TCE-SP deixa claro que o controle social e a participação da comunidade INEXISTEM, veja:

Quadro 2 - SUS versus Organizações Sociais

Sistema Único de Saúde (SUS)	Organizações Sociais (OS)
Participação da Comunidade, com a política de saúde definida em Conferências de Saúde.	Inexistente.
Controle Social, com Conselhos de Saúde que acompanham e fiscalizam a implementação da política de saúde e a utilização de seus recursos.	Inexistente. O controle social tal como é previsto na Lei 8.142/90 é substituído pelos tradicionais conselhos de administração internos.

Quando os políticos alegam que com a terceirização teremos mais agilidade, é exatamente por esse motivo: Há mais agilidade na compra de materiais e contratação de pessoal porque simplesmente NÃO EXISTE qualquer controle

desses processos.

A OS pode comprar materiais por qualquer preço sem nenhuma licitação, pregão eletrônico ou qualquer outra forma de controle social que a população conquistou para melhor fiscalizar os entes públi-

cos contra a CORRUPÇÃO que assola o país.

A OS também pode contratar qualquer pessoa para qualquer função SEM QUALQUER controle, pode ser parente ou amigo, pode não ter conhecimento nenhum da área de atuação.



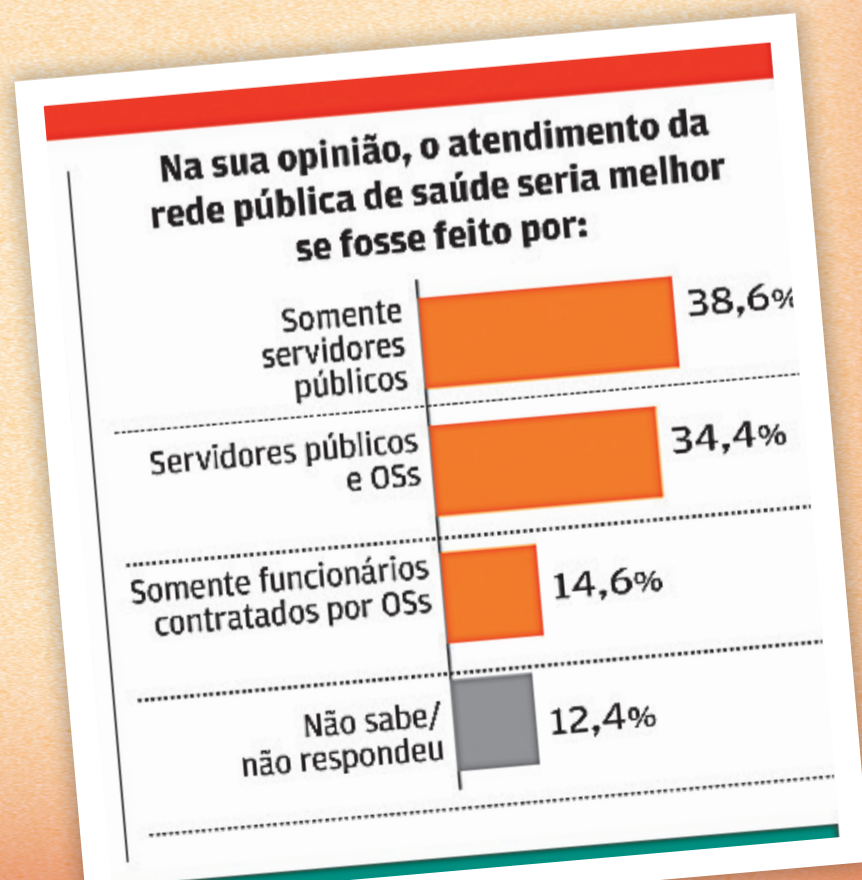
A população aprova as OSs, será?

É de saltar os olhos a cara-de-pau que o governo tem ao dizer que a população sanitista aprova a terceirização dos serviços públicos. Em primeiro lugar, a população NÃO FOI CONSULTADA em nenhum momento pelo Poder Público. Antes de aprovarem as OSs: NENHUMA Audiência Pública, nenhum

debate, nem mesmo os respectivos Conselhos Municipais foram consultados. E mesmo assim, a população junto com os servidores manifestaram em alto e bom som o descontentamento por tal medida ANTI-DEMOCRÁTICA.

Depois de aprovado, em diversas oportunidades a população

e os servidores deixaram nítidas as suas posições CONTRÁRIAS à terceirização via OS. Até mesmo na pesquisa encomendada pelo próprio PSDB o resultado não deixou dúvidas: A maioria (38,6%) quer que o atendimento na rede pública seja feito SOMENTE por servidores públicos.



Organizações Sociais

OSs aumentam a qualidade, será?

COMO AS OSS CUMPREM AS METAS CONTRATUAIS



Segundo o Tribunal de Contas do Estado de SP: **NÃO!**

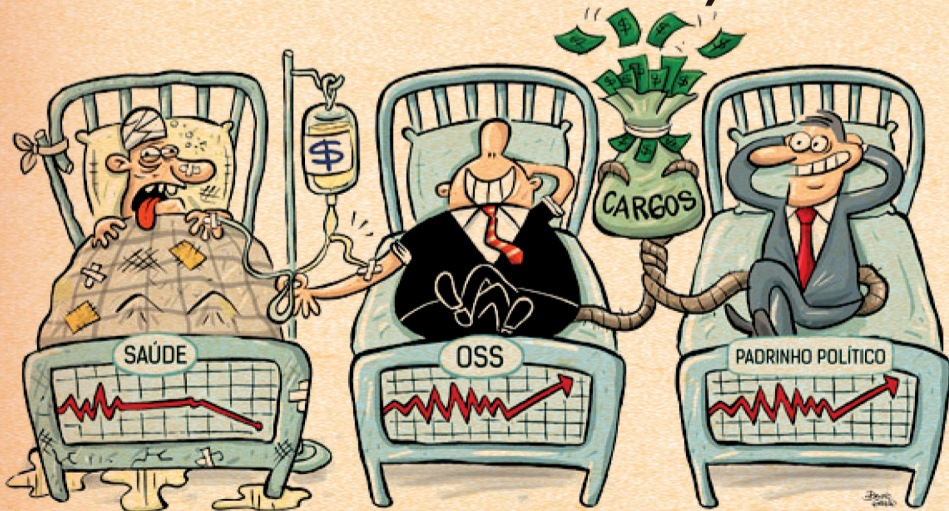
O mesmo relatório* do TCE-SP conclui que:

- A taxa de mortalidade geral é maior;
- Os doentes ficam mais tempo sozinhos nos leitos;
- Problemas de reposição de medicamentos.

Além da constatação com metodologia científica feita pelo TCE-SP, de forma empírica é notório que a qualidade nos hospitais geridos por OSs é extremamente baixa. Na sanha por gastar menos e ganhar mais, as OSs contratam poucos funcionários com baixos salários, economizam nos materiais, remédios vencidos, fazem consultas a jato para atingir metas e ganhar mais do governo, entre outros inúmeros problemas que só a iniciativa privada consegue proporcionar. Veja milhares deles aqui: www.ataqueaoscofrespublicos.com.



OSs não visam lucro, será?



Se acabamos de constatar que, no geral, os trabalhadores ganham menos, falta

mais medicamento e mesmo assim os hospitais geridos por OSs recebem mais dinheiro,

então ficam as perguntas: Pra onde vai esse dinheiro? Onde está o pulo do gato?

VEJA NA PRÓXIMA PÁGINA →



Pra onde vai esse dinheiro? Onde está o pulo do gato?



Aqui está o primeiro Pulo-do-gato (o legal): As OSs, oficialmente, não podem lucrar. O dinheiro a mais vai diretamente para os salários dos cargos de chefias. Um Diretor Técnico, por exemplo, na Administração Direta ganhava em 2010 R\$ 2.200,64, mas na OS o mesmo cargo, com a mesma carga horária, o salário pula para R\$ 11.060,29. Vale a pena ressaltar que para assumir esses cargos de chefia em hospitais das OSs não há qualquer critério já que são EMPRESAS PRIVADAS, ou seja, colocam quem bem quiserem nesses cargos para ganhar altos salários (amigos, parentes...).

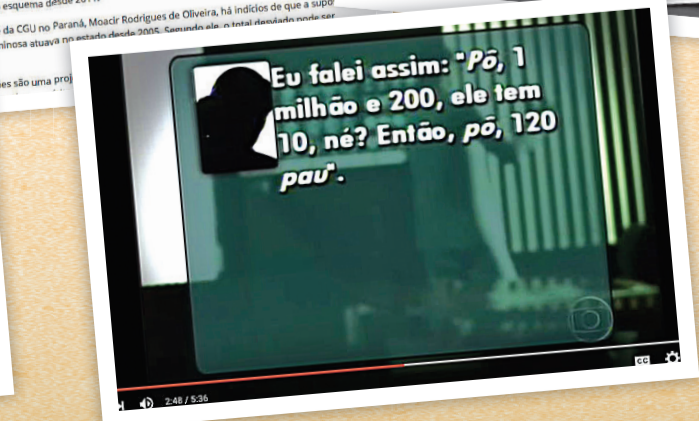
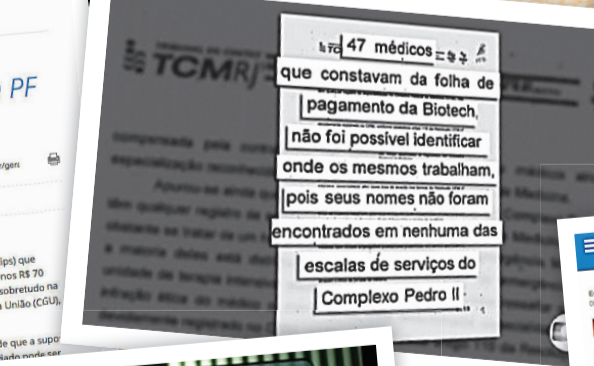
Só esse fato já desmascara a falácia de que não há lucro nas

OSs, o lucro está embutido nos altos salários dos donos das OSs e das chefias. Mas a sede pelo lucro dessas empresas não para por aí, a maioria extrapola os limites legais e, se aproveitando da total falta de controle social, abocanha grandes fatias de dinheiro público. Esse é o segundo Pulo-do-gato, o ilegal.

Para se ter uma ideia, em apenas 10 meses de funcionamento, o site do *Ataque aos Cofres Públicos*** já publicou 329 artigos/notícias com dados, documentos e opiniões sobre irregularidades no modelo de gestão de unidades e serviços públicos por meio de terceirização via OSs, Oscips e ONGs. Foram R\$ 1.112.776.203,16

que saíram dos cofres públicos e foram desviados ou mal aplicados. 97 cidades tiveram prejuízos e 81 OSs/Oscips (em alguns casos ONGs e Cooperativas) envolvidas em denúncias na imprensa, inquiridos no Ministério Público, ações na Justiça ou processos com irregularidades e ilegalidades apontadas por Tribunais de Contas.

São inúmeras formas de irregularidades cometidas: desvios, fraudes, corrupção, tráfico de influência, superfaturamento, notas frias, estelionato, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, médicos fantasmas, pacientes fantasmas e por aí vai. Veja tudo aqui: www.ataqueaoscofrespublicos.com.



Não haverá prejuízo aos servidores, será?

O discurso oficial do governo é que todos os direitos e vantagens dos servidores serão preservados. Voltando pra realidade, veja a situação em que se encontra os trabalhadores do PS Central nesse exato momento:

Ou escolhem ficar no PS Central (que agora se chamará UPA Central e atenderá em novo endereço) sob ordens da forasteira

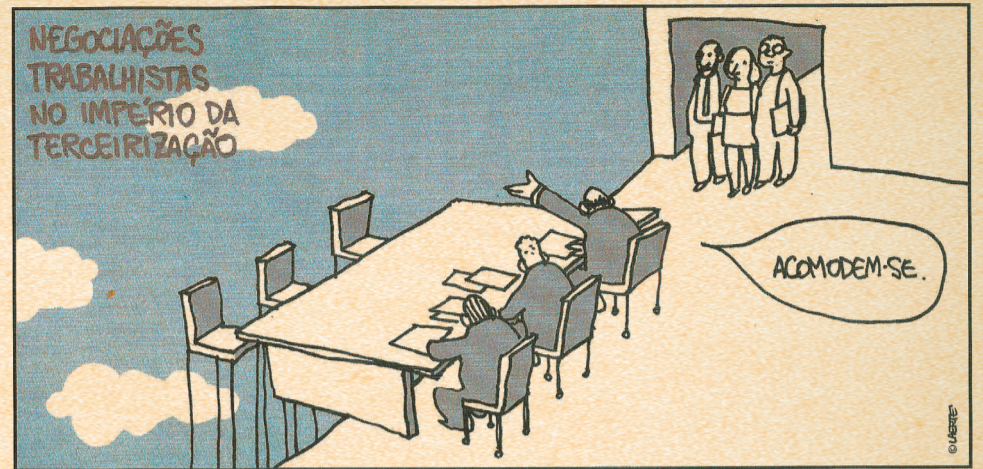
Fundação do ABC ou escolhem ser realocados para outras unidades da Prefeitura.

Ficar sob o chicote da (comprovadamente) corrupta Fundação do ABC é ter como novo companheiro de trabalho o temeroso ASSÉDIO MORAL. Isso porque, para atingir as metas do governo e ganhar mais, a solução das OSs é economizar no número de funcionários e

exigir produtividades impossíveis.

Ser transferido para onde a Prefeitura escolher significa: Perda de plantões, fim da possibilidade de manter outros vínculos trabalhistas, desorganização das vidas pessoais, perdas de adicionais que compensam os baixos salários etc.

A longo prazo o prejuízo também não é pouco: Com a entrada



cada vez maior das OSs prestando serviço público, os Concursos Públicos vão ser mais raros do que já são atualmente. Por consequência, nossas Campanhas Salarias

e movimentos para defender direitos ficarão cada vez mais enfraquecidas. Outro prejuízo inevitável é a falência da CAPEP e do IPREV. Não tem como fugir dessa reali-

dade, pois quem equilibra as contas dessas duas autarquias que cuidam da saúde e da aposentadoria dos servidores são as contribuições dos que estão na ativa.

Fundação do ABC, um caso a parte

A Fundação do ABC, escolhida para gerenciar a UPA Central de Santos, tem extensa lista de problemas. Essa OS foi alvo de pelo menos 20 artigos publicados no site do *Ataque aos Cofres Públicos* com detalhes sobre irregularidades constatadas ou investigadas. Veja alguns exemplos:

-Frente Parlamentar

na Assembleia Legislativa foi criada em junho de 2015 para apurar irregularidades em contratos na saúde em todo o Estado;

-Em Praia Grande, o Ministério Público tem três inquéritos investigando irregularidades cometidas pela Fundação do ABC;

-TCE julgou irregular a contratação para gestão do PS Boquei-



rão (Praia Grande), por R\$ 45,2 milhões;

-Escândalo dos Mammógrafos em Praia Grande: Enquanto milhares de mulheres ficaram sem exames que detectam câncer no aparelho, em abril de 2014, foram descobertos no AME dois aparelhos novos, encaixotados e sem uso. Eles estavam parados

há seis anos;

-Em 07/08/2015, funcionários do Hospital Irmã Dulce (Praia Grande) ficaram sem almoço por atrasos em pagamento. Empresa quarteirizada suspendeu alimentação dos funcionários por estar sem receber da Fundação do ABC desde dezembro de 2014. Já os pacientes só comiam sopa.

Em Santos...

A Prefeitura de Santos caminha contra todos esses argumentos. O Executivo e o Legislativo negam todos fatos fartamente divulgados na imprensa, Ministério Público, Polícia Federal e Tribunais de Contas que mostram a tragédia anunciada que são as OSs. Para seguir adiante o projeto de terceirização, a ordem é SUCATEAR propositalmente as unidades para depois PRIVATIZAR.

Por que os governos não destinam a mesma quantidade de verba pública dada aos hospitais geridos pelas OSs para as unidades admi-

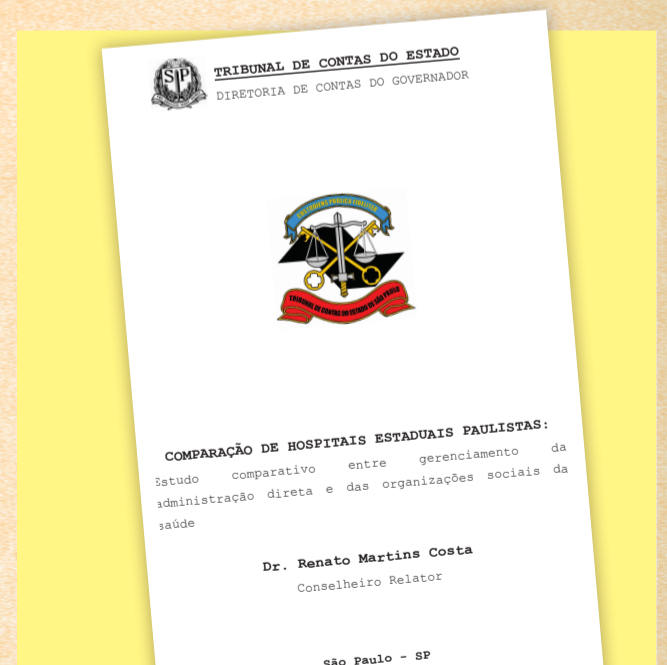
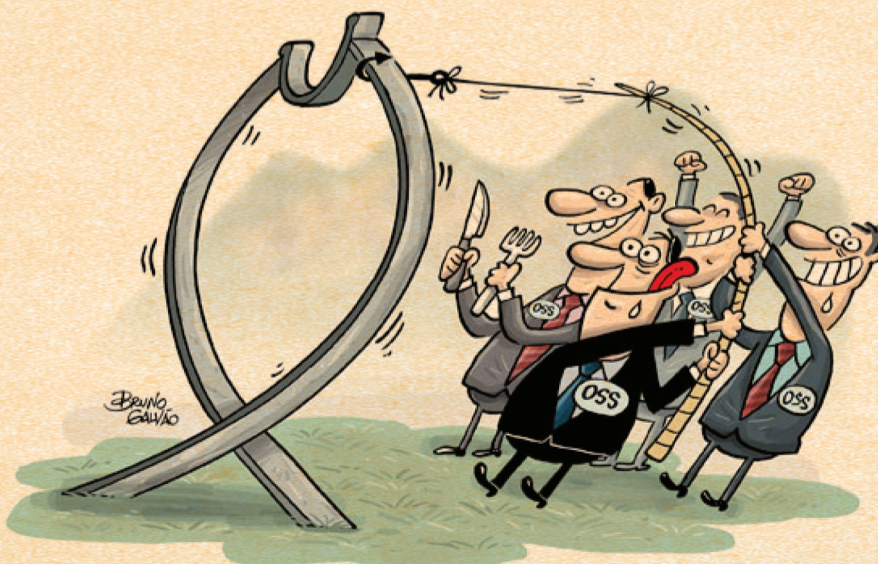
nistradas diretamente?

Por que as unidades novinhas em folha, com equipamentos igualmente novos, são entregues somente para as OSs?

Por que as unidades atuais, onde os servidores estão sobrecarregados para manter a qualidade do serviço, recebem apenas re-

formas paliativas?

Por que a Prefeitura de Santos vai entregar R\$ 19,1 milhões a uma empresa com extensa ficha corrida de problemas?



* "Estudo comparativo entre gerenciamento da administração direta e das organizações sociais da saúde", 2010 (www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/2011-10-03-Comparacao_de_hospitais_estaduais_paulistas-estudo_compara.pdf)

** O Projeto *Ataque aos Cofres Públicos* é uma iniciativa do SINDSERV Santos que busca denunciar as mazelas que ocorrem por todo o Brasil com a terceirização de serviços públicos para empresas privadas disfarçadas de OSs, OSCIPs, ONGs e Cooperativas.

ATAQUES contra os TRABALHADORES

Ocasionalmente precisamos sair do foco das relações de trabalho dos funcionários públicos do município de Santos para compreender melhor o que nos passa. Os recentes ataques do governo PSDB aos servidores de Santos (institucionalização da terceirização através das OSs, do Banco de Horas e limitação das Horas Extras) acontecem em um momento em que empresários, governo Federal (PT) e Centrais Sindicais fazem pressão para retaliar os direitos dos trabalhadores de todo o país.

Com a desculpa de moralizar Brasília, a burguesia pressiona o governo Dilma para atacar os trabalhadores. Blefa afirmando que quer retomar o controle direto de seus interesses antes da hora, antes da próxima eleição presidencial, mas o que realmente pretende é aumentar suas taxas de lucro às custas da intensificação do trabalho.

Para se manter na posição de gerente dos interesses dos empresários, o governo (que deveria ser dos trabalhadores) entrega de bandeja os direitos da classe trabalhadora.

Avança a Terceirização no serviço público e privado

Terceirização no setor privado não é novidade, contudo o Projeto aprovado na Câmara dos Deputados (PL 4330) e encaminhado para aprovação no Senado vai muito além de "regulamentar o que já existe". Caso seja confirmado, os empresários poderão terceirizar os trabalhadores não apenas nas atividades-meio,



como já vinha acontecendo, mas também nas atividades-fim. Isso representará uma precarização generalizada para o conjunto dos trabalhadores brasileiros já que os terceirizados ganham cerca de 30% a menos e são vítimas de 80% dos acidentes de trabalho.

A terceirização no setor público também avançou. A constitucionalidade da Lei 9.637 (criada por Fernando Henrique Cardoso para burlar as licitações e o Concurso Público) era questionada na Justiça desde o ano de sua criação (1998). Não precisa ser nenhum mestre em Direito para perceber a ilegalidade flagrante dessa Lei que criou as Organizações Sociais. Todavia, não foi assim que entenderam os ministros do Supremo Tribunal Federal que, atendendo a interesses privados, julgaram no dia 16 de abril desse ano que as OSs podem continuar a fazer suas falcatruas Brasil a fora.

PPE - Programa de Proteção aos Empresários

O governo Dilma mandou no dia 6 de julho a Medida Provisória 680 para o Congresso Nacional com o objetivo de colocar na Lei a redução de salários de todos os trabalhado-

res. A proposta inicial foi apresentada pelas centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT e Nova Central e defende que os patrões paguem apenas 70% dos salários. Dos 30% que seriam retirados dos trabalhadores, o governo paga 15% através dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). E os outros 15%? Ninguém paga, o trabalhador perde, enquanto o patrão embolsa 30% do salário de cada um.

A proposta chamada de Programa de Proteção ao Emprego (PPE) é, na verdade, um programa de proteção ao empresariado. Garante que as empresas não tenham diminuição dos lucros, enquanto os trabalhadores perdem os salários.

A desculpa que dão é que, em tempos de crise, precisamos apertar os cintos (somente dos trabalhadores, lógico) para preservar os empregos. Porém, o que eles não dizem, é que onde essa experiência já foi aplicada as demissões continuaram. No ano passado, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), ligado à CUT, aceitou defender a proposta da Mercedes de redução do piso salarial em 20%. Aceitou também não ter reajus-

te salarial acima da inflação por dois anos. O Sindicato também aceitou o lay-off (redução da jornada de trabalho com redução proporcional do salário) afirmando para os trabalhadores que isso era a forma de evitar demissões. Mas os 500 trabalhadores que estavam no lay-off foram todos demitidos em abril.

Agenda Brasil

A última cartada do governo petista para se manter na posição de gerente dos interesses dos empresários é a Agenda Brasil. Proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) e a equipe econômica do governo, a tal Agenda tem 28 pontos que vão contra os interesses da população para agradar o capital.

Entre eles destacam-se o aumento da idade da aposentadoria em cinco anos para homens e mulheres, a aceleração para "regulamentar" a terceirização, o início da cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS), o avanço sobre as terras indígenas e de proteção ambiental em benefício do agronegócio e das mineradoras, "blindar" legislações de contratos entre entes públicos e privados (OSs, OSCIPs, PPPs...) e novas concessões para as multinacionais de energia.

Nem Coxinha nem Petralha!

A mesma burguesia que se beneficia com os ataques do governo petista contra os trabalhadores, têm organizado manifestações por todo o país. Eles não querem barrar os ataques aos trabalhadores, pelo contrário, querem aumentar o clima de instabilidade para aprofundar ainda mais a retaliação aos nossos direitos.

Suas pautas não são as pautas dos trabalhadores. Os mesmos que farreiam há anos no poder querem agora posar de moralizadores do erário público anti-corrupção. Vão às ruas junto com a extrema direita e a classe média despolitizada tentar protagonizar os atos de rua que sempre reprimiram.

Tampouco dá pra apoiar os atos chamados pelas centrais sindicais e alguns movimentos sociais. Ao invés de organizar a luta contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a tentativa é de blindar o governo contra um possível golpe de direi-

ta. Como vimos no texto, o golpe de direita já está sendo executado, porém sob direção do próprio PT.

Sim, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto a CUT foram criados nas duras lutas do final da década de 70 e começo de 80. Porém, ambos se viraram contra os próprios trabalhadores na ânsia de se manter no poder.

O que fazer?

A luta se dá nos locais de trabalho. Se você é realmente contra a corrupção, se una à luta contra a implantação das OSs aqui em Santos, pois as OSs são sinônimos de corrupção (veja inúmeros exemplos aqui: www.ataqueaoscofrespublicos.com). Quer ajudar na defesa dos nossos direitos adquiridos com muito suor e sangue dos trabalhadores brasileiros, lute contra a institucionalização do Banco de Horas, das Metas, por melhores condições de trabalho e de salário!

NENHUM DIREITO A MENOS!

